

CONFERÊNCIA DE YALTA

Em 1991, foi ratificado pela maioria dos governos nacionais o Acordo Constitutivo da Agenda Multilateral de Garantia aos Investimentos, promovido pelo Banco Mundial. Em 1995, no âmbito da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), reunindo os governos dos países centrais e dos que até recentemente eram considerados os mais promissores "mercados emergentes" (México e Coréia do Sul), começaram discretamente a serem negociados os termos do assim chamado Acordo Multilateral sobre Investimentos (AMI ou, conforme a sigla em inglês, *MAI*). Sob este nome, discute-se nada menos que a redistribuição do poder mundial depois da queda da URSS, o equivalente no final do milênio do Tratado de Tordesilhas de 1494, do Tratado de Westfália de 1648, do Congresso de Viena de 1815, do Tratado de Versalhes de 1918 e dos Acordos de Yalta de 1945. Não só pela abrangência, mas também pelo modo como as decisões sobre os destinos do mundo são tomadas dentro do círculo fechado dos vencedores, de forma completamente ignorada pelo público e até pela maior parte dos meios políticos nacionais, para depois serem apresentadas como fato consumado e irrevogável.

O público e o próprio Congresso norte-americano só começaram a tomar conhecimento da existência e do teor do AMI a partir de abril/97, graças a denúncias de movimentos norte-americanos de defesa do consumidor no âmbito das discussões sobre a aprovação do *fast track* tendo em vista a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Ainda no final de 1997, quando as primeiras cópias da minuta do acordo obtidas por movimentos populares estavam sendo disponibilizadas na Internet, os porta-vozes do governo norte-americano negavam oficialmente a existência do documento e o presidente da Comissão de Assuntos Exteriores do parlamento francês afirmava ignorar o que estava sendo negociado, por quem e em nome de quem.

Em fevereiro/1998, foi publicado no periódico francês *Le Monde Diplomatique* um artigo sobre o AMI um artigo de Lori Wallach - da diretoria do movimento de defesa do consumidor fundado por Ralph Nader, *Public Citizen* - denunciando o AMI como "o novo manifesto capitalista mundial". Nesse momento, os poderes mundiais já começavam a apresentá-lo como um fato: o diretor da OMC, Renato Ruggiero, o descrevia como "a Constituição de uma economia mundial unificada" e o próprio *premier* francês, Lionel Jospin, assegurava que "as regras do AMI contribuirão para assegurar a solidez do marco jurídico sobre intercâmbios comerciais".

O que exatamente, estipulará o AMI? Em linhas gerais, pode ser descrito como uma carta dos direitos das empresas e investidores transnacionais frente aos Estados nacionais ou, vendo pelo outro lado, de um tratado de capitulação incondicional dos governos nacionais frente ao capital transnacional. Os itens-chave desse texto de 190 páginas estabelecem o direito absoluto de investir sem nenhum tipo de restrição e a obrigação dos governos de garantir *plena rentabilidade* a esses investimentos. Ou seja, intervenções estatais que possam limitar a lucratividade dos investimentos terão que ser indenizadas pelos respectivos governos. A minuta entra em detalhes sobre em que condições tais intervenções podem ser consideradas como equivalentes a uma expropriação direta ou indireta e estabelece que "a perda de uma oportunidade de lucro sobre os investimentos é um tipo de prejuízo suficiente para justificar o direito à indenização do investidor", definição que abrange potencialmente todo tipo de medidas

fiscais, regulamentações ambientais, leis trabalhistas e códigos de defesa do consumidor - na verdade, praticamente qualquer política ou ato governamental. Felizmente, a Lei Áurea data de 1888 - seria impossível promulgá-la sob a vigência do AMI, sem indenizar os senhores de escravos.

O AMI proibirá os governos de diferenciar investidores estrangeiros e nacionais - não apenas de estabelecer discriminações formais (como, por exemplo, limitações à participação do capital estrangeiro em privatizações), mas também de aprovar leis formalmente neutras, mas com efeitos discriminatórios não explícitos: regulamentações que dificultem a entrada de novos concorrentes num mercado já ocupado por empresas nacionais, leis em favor da pequena empresa e até a reforma agrária, que obviamente não visa distribuir terras a empresas transnacionais. Também proibirá medidas que restrinjam a liberdade de contratar e investir como as que fixam quotas mínimas para certas categorias de trabalhadores (mão-de-obra local, mulheres, minorias, deficientes físicos etc.) ou discriminam produtos e materiais através de impostos e tarifas (como "impostos verdes" que procuram penalizar produtos poluentes e estimular a reciclagem). Proibirá os governos de restringir o investimento ou o comércio com países estrangeiros, salvo por motivos de "segurança fundamental", ou seja, proíbe que governos nacionais sejam boicotados por coisas tão banais quanto violações de direitos humanos. Por extensão, proíbe discriminar investidores transnacionais em função de políticas de seus governos, bem como privilegiar países no comércio internacional, como ocorre com a preferência oferecida por certos países europeus às suas ex-colônias.

Os governos serão responsáveis frente aos investidores até mesmo por "distúrbios civis... revoluções, estados de emergência ou outros acontecimentos similares", ou seja, obrigados a garantir investimentos transnacionais contra movimentos de protesto, boicotes e greves, com a alternativa de reprimir tais manifestações ou indenizar o capital transnacional por suas conseqüências.

O texto impõe aos governos "aceitar sem quaisquer condições submeter os litígios a arbitragem internacional", outorgando às empresas e investidores o mesmo *status* que os Estados nacionais, incluindo o direito de levar governos a juízo ante o tribunal arbitral da Câmara de Comércio Internacional. Finalmente, como sua inovação mais inédita e surpreendente, estabelece que os signatários não poderão manifestar seu direito de retirar-se do tratado antes de cinco anos e, mesmo assim, serão obrigados a cumpri-lo *por mais quinze anos*.

Igualmente importante é aquilo que o AMI *não* estabelece: *não* contempla quaisquer obrigações ou responsabilidades para investidores e empresas transnacionais. *Não* concede a cidadãos e suas associações, ONGs e movimentos populares o direito de processar governos e empresas por práticas contrárias a interesses humanos, sociais ou ecológicos em fóruns internacionais. Os interesses conservadores nunca se cansaram de resmungar contra Cartas e Constituições que pareciam prever mais direitos do que deveres aos cidadãos, mas nada objetaram a este tratado que atribui todos os direitos e nenhum dever ao capital transnacional - uma verdadeira "Declaração dos Direitos do Dólar".

Hoje, 90% do texto já é consensual entre os principais signatários, faltando definir alguns detalhes: o governo norte-americano não quer abrir mão de seu poder de estabelecer sanções comerciais contra países como Cuba e Irã e de pressionar outros países a segui-lo (lei Helms-Burton); enquanto os países europeus querem certas exceções na proibição de discriminações a produtos estrangeiros, como a "exceção cultural", que lhes permitiria continuar protegendo suas indústrias cinematográfica e

televisiva. Em função disso, em 26/3/98, a OCDE anunciou oficialmente que a assinatura, inicialmente prevista para abril, seria postergada. Hoje, ela ainda está pendente e, dado o acirramento dos conflitos comerciais entre EUA e Europa, isso provavelmente não acontecerá tão cedo.

Porém, com ou sem assinatura, muitos aspectos do AMI já vêm entrando em vigor há anos: o México eliminou a reforma agrária de sua Constituição para ser aceito no NAFTA, assim como o Brasil eliminou todas as restrições ao capital estrangeiro e o Peru já se comprometeu com dez anos de estabilidade no regime de tributação, livre disponibilidade de divisas e não-discriminação do investimento estrangeiro. A petroquímica norte-americana Ethyl está exigindo uma indenização de US\$ 251 milhões do governo canadense por ter proibido certo aditivo à gasolina por razões sanitárias e ambientais. Mesmo países cujos mercados eram suficientemente vigorosos e atraentes para impor algumas condições ao capital transnacional estão sendo obrigados pela crise a render-se: o Chile acaba de reduzir de 30% a 10% o depósito compulsório que antes limitava a movimentação de capitais especulativos de curto prazo e de oferecer ao capital transnacional mecanismos de seguro cambial e títulos indexados ao dólar e os ex-"tigres" asiáticos estão sendo obrigados pelo FMI a desmontar os mecanismos que mantinham setores estratégicos de sua indústria e finanças sob controle do capital nacional e até a abrir seu mercado às importações quando seu problema mais agudo é o desequilíbrio da balança comercial.

Mesmo assim, não se deve menosprezar a eventual formalização desse tratado. Isto é mais que a sistematização e generalização de práticas já existentes: com ele, a submissão ao capital transnacional não será vista pelos governos como mal necessário, mas como princípio a ser defendido e se tentará transformar em lei de ferro fundido o arranjo provisório de correlações de forças que resultou das tendências desta década. Precisamente no princípio de uma grande crise internacional, que exige, antes de mais nada, flexibilidade, criatividade e ação coordenada dos governos para administrá-la. Equivale, em maior escala, à tentativa dos países centrais de, frente à crise de 1929, tornar ainda rígidos os princípios liberais e o padrão-ouro.

O acordo não é só mais um prego no caixão do princípio da soberania nacional - mais importante, é um desafio aberto ao princípio democrático, pois estabelece como valor supremo da convivência internacional que os interesses do mercado e de seus *players* devem se impor aos dos Estados e de seus cidadãos. Derruba o princípio "um homem, um voto", para lhe sobrepor o lema "um dólar, um voto". As instâncias dos Estados nacionais, ainda teoricamente regidas por princípios democráticos, ficarão de mãos completamente atadas na esfera onde o poder mais importa - a economia. Tornar-se-iam pouco mais que administrações municipais - se não mero reforço às forças de segurança privadas - enquanto o verdadeiro poder passaria às mãos do capital transnacional. Seria realizada, em escala global e por meios escusos, a utopia/distopia liberal de Hayek, a demarquia, onde o Parlamento seria reduzido a um conselho administrativo sem poderes para legislar e a estabilidade jurídica seria garantido por uma Constituição inalterável e por um Senado de membros vitalícios e apartidários.

Há pouco que se possa fazer em relação ao AMI na escala de um país como o Brasil, que sequer é membro da OCDE. Entretanto, é possível contrapor, em contrapartida a um poder global, a exigência de cidadania e democracia globais e a criação de movimentos sociais de alcance verdadeiramente internacional. Não se trata de tentar incluir "cláusulas sociais" num tratado como esse, como inutilmente e à última hora tentaram as confederações sindicais internacionais representadas na OCDE, mas de propor um projeto alternativo de construção de uma sociedade democrática mundial. Se esta fracassar e a cidadania de um Estado nacional passar a significar apenas a

obrigação de pagar impostos para assegurar a remuneração dos detentores de títulos da dívida pública, até a perspectiva de separar-se da (des)ordem global para sobreviver numa pobreza relativamente digna - caminho já seguido pelas aldeias de Chiapas sob proteção zapatista (e que poderá vir a ser também o do MST, se a possibilidade de reformas nacionais for definitivamente bloqueada) - pode tornar-se uma alternativa atraente para as massas cada vez mais numerosas de excluídos e "inempregáveis".